



Faça alguma c



de gravidez ela voltou ao CEDIM (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher) do Rio de Janeiro pedindo apoio e recebeu esta resposta: *o problema é seu; você não precisava estar passando por isso*. Grávida e desempregada, ela apenas ouviu as feministas do governo dizerem que o problema era dela<sup>1</sup>. Inutilmente Regiane procurou a Secretaria de Políticas para as Mulheres pedindo um auxílio para suas crianças, uma vez que onde ela mora não há creche. Nada foi feito.

Eis como ela relata o descaso do governo:

*“CRAS<sup>2</sup>, CREAS<sup>3</sup>, Plantão Social, todo tipo de órgão que tem do governo, eles falam que entendem a minha situação, mas também nunca me fizeram uma visita, nunca ligaram para mim para saber nem como eu estou sustentando minhas três crianças”.*

Mas em momento algum Regiane se arrepende de não ter abortado.

*“Eu optei por não abortar, mas foi por livre e espontânea vontade, não tenho receio. É minha filha, estou satisfeita, o problema eu tenho é com o governo, que não me apoia. Não quer saber de minha necessidade, não quer saber de como estou vivendo com os meus filhos...”*

Termina de maneira enfática comparando o governo com o autor do estupro:

*“Eu tive mais problemas com o governo do que com a própria pessoa que me violentou. Porque ele foi preso, e o governo... eu peço ajuda e ninguém faz nada”<sup>4</sup>.*

## **Dilma sanciona lei de expansão do aborto**

Contrariando pedidos insistentes de grupos pró-vida, a presidente Dilma Rousseff, logo após o término da estadia do Papa Francisco no Brasil, sancionou, sem nenhum veto, a Lei 12.845, de 1º o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual

---

<sup>1</sup> <http://www.youtube.com/watch?v=FLohndsBTEc>

<sup>2</sup> Centro de Referência de Assistência Social

<sup>3</sup> Centro de Referência Especializado de Assistência Social

<sup>4</sup> <http://www.youtube.com/watch?v=9pRVAkOO9LI>

A lei tem por objetivo expandir a prática do aborto em caso de gravidez resultante de estupro. Esse aborto, *embora constitua crime*, há anos vem sendo financiado pelo governo<sup>5</sup>. No entanto, a palavra

A estratégia não é nova. Em novembro de 1998, o então Ministro da Saúde José Serra editou uma norma técnica intitulada *Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes* cujo objetivo central era instruir os hospitais a praticarem aborto em crianças de até cinco meses de gestação quando concebidas em um (suposto) estupro. A o aparecia no título da norma. Para

apresentasse um boletim de ocorrência policial (o que não prova coisa alguma). Não se exigia o laudo do Instituto Médico Legal nem o Registro de Atendimento Médico à época da violência sofrida.

Em 2005, sob o governo Lula, essa Norma Técnica do Aborto foi reeditada pelo Ministro da Saúde Humberto Costa<sup>6</sup> com um agravante: nem sequer se exigia o boletim de ocorrência para que a a mulher junto ao hospital. O Ministério da Saúde teve inclusive o cuidado de elaborar um formulário a ser preenchido pela suposta vítima, facilitando o trabalho da gestante não violentada de inventar uma história de viol aborto<sup>7</sup>.

Essa Norma Técnica, porém, por horrenda que seja, não tem força de lei. Ela ensina a praticar o aborto, ensina com detalhe cada procedimento abortivo, mas não obriga os hospitais a praticá-lo. Na prática, somente os grandes hospitais, com uma equipe médica

---

<sup>5</sup> Um estudo disso encontra-se em CRUZ, Luiz Carlos Lodi da. *Aborto na rede hospitalar pública: o Estado financiando o crime*. Anápolis: Múltipla, 2007.

<sup>6</sup> Cf. [http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno6\\_saude\\_mulher.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno6_saude_mulher.pdf)

<sup>7</sup> Eis um trecho do formulário contido no Anexo I da Portaria 1508, de 1º de  
*Declaro ainda, que fui agredida e violentada sexualmente por*  
 \_\_\_\_\_ *homem(s) de aproximadamente* \_\_\_\_\_ *anos, raça/cor*  
 \_\_\_\_\_ *cabelos* \_\_\_\_\_, *trajando (calça, camisa, camisetas,*  
*tênis e outros), outras informações (alcoolidado, drogado, condutor do veículo/tipo*  
 \_\_\_\_\_ *etc.). O crime foi presenciado por (se houver testemunha)*

---

treinada para o aborto, têm seguido essa Norma. Faltava uma lei que obrigasse todos os hospitais do SUS a encaminhar as (supostas) vítimas de violência para os centros de aborto. Essa lacuna foi preenchida pela lei 12.845/2013, recém-sancionada pela Presidente atendimento imediato, obrigatório *em todos os hospitais* integrantes da rede do SUS *caput*) e não apenas nos hospitais públicos que tenham Pronto Socorro e Serviço de Ginecologia , como previa o projeto original<sup>8</sup>.

*profilaxia da gravidez*

*fornecimento de informações às vítimas sobre os direitos legais e sobre todos os serviços sanitários disponíveis* ,

portanto, o dever de informar as (supostas) vítimas de violência sobre o (falso) direito que elas têm de abortar seus filhos e quais hospitais estão di

A extensão da lei é reconhecida pelos defensores do falso direito ao aborto, financiados por fundações estrangeiras, quando, em linhas gerais, dizem Erra quem pensa que esse será um ajuste simples nos serviços: é preciso treinar equipes, organizar redes de garantia de direitos, estabelecer parcerias sensíveis entre a saúde e a segurança pública

Portanto, a menos que a lei seja logo revogada, é de se esperar uma verdadeira explosão do número de abortos na rede hospitalar pública.

#### **Doações**

Aceitamos doações de papel A4 para a impressão deste boletim. Aceitamos também ofertas de fraldas, roupas de recém-nascido, gêneros alimentícios e material de limpeza para a Casa da Gestante. Doações em dinheiro podem ser feitas mediante depósito na Agência 0324-7, CC 7070-X, Banco do Brasil, titular "Pró-Vida de Anápolis", CNPJ 01.813.315/0001-10.

*Santa Gianna Beretta Molla, rogai por nós!*